



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### DECISÃO SUMÁRIA N.º 336/2011

**Processo n.º 366/11**

**2.ª Secção**

**Relator: Catarina Sarmento e Castro**

#### **Decisão sumária (artigo 78.º-A da Lei do Tribunal Constitucional)**

**Recorrentes:** Menarini Diagnósticos, Lda., e Abbott – Laboratórios, Lda.

**Recorridos:** Ministério Público e Autoridade da Concorrência

#### **I – Relatório**

1. Nos presentes autos, vindos do Tribunal da Relação de Lisboa, Menarini Diagnósticos, Lda., e Abbott – Laboratórios, Lda., vieram interpor vários recursos de constitucionalidade, ao abrigo do artigo 70.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro, com as alterações posteriores (Lei do Tribunal Constitucional, doravante, LTC).

2. As recorrentes foram condenadas pela prática de contra-ordenações, por decisão do Conselho da Autoridade da Concorrência.

Inconformadas, apresentaram recurso de impugnação judicial.

Por despacho de 8 de Abril de 2008, o Tribunal do Comércio de Lisboa decidiu várias questões prévias, suscitadas pelas recorrentes, relegando para final o conhecimento de “todas as questões referentes ao mérito do processo”, nomeadamente as questões “relativas à aplicação das coimas.” Simultaneamente, designou data para realização do julgamento.

A recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., reagiu processualmente a este despacho, das seguintes formas:



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

- apresentou requerimento, arguindo a nulidade ou, subsidiariamente, a irregularidade do referido despacho;

- interpôs recurso de constitucionalidade do mesmo despacho, por considerar “cumprida a regra de exaustão dos meios ordinários de recurso”;

- “à cautela, subsidiariamente, e apenas para o caso de se adoptar entendimento diferente quanto à irrecorribilidade do despacho (...) para o Tribunal da Relação”, interpôs recurso para o Tribunal de 2.ª Instância.

Por seu turno, a recorrente Menarini Diagnósticos, Lda., interpôs igualmente recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

Os recursos interpostos para o Tribunal de 2.ª Instância vieram a ser admitidos, por despacho de 16 de Julho de 2009, sendo-lhes fixado o regime de subida a final.

O Tribunal do Comércio de Lisboa, por despacho de 1 de Julho de 2008, julgou improcedente a arguição de vícios, que havia sido suscitada pela recorrente Abbott – Laboratórios Lda., relativamente ao despacho de 8 de Abril de 2008.

Notificada de tal decisão, a recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., interpôs recurso de constitucionalidade, requerendo que tal recurso, incidente sobre o despacho de 1 de Julho de 2008, fosse “admitido, em conjunto e em simultâneo, com o recurso para o Tribunal Constitucional interposto do despacho” de 8 de Abril de 2008.

Realizado o julgamento, o Tribunal de Comércio proferiu sentença, em 7 de Janeiro de 2010, mantendo, parcialmente, a decisão administrativa condenatória proferida pelo Conselho da Autoridade da Concorrência.

As recorrentes interpuseram recurso de tal sentença para o Tribunal da Relação.

Por acórdão de 15 de Dezembro de 2010, o Tribunal de 2.ª Instância, considerando que apenas se deveria pronunciar, de entre os recursos interlocutórios, – relativos ao despacho de 8 de Abril de 2008 – sobre o que foi interposto pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., por apenas esta ter manifestado interesse no conhecimento do recurso, veio a proferir decisão de rejeição do mesmo, por inadmissibilidade legal.

Quanto aos recursos da sentença, interpostos pelas recorrentes Abbott – Laboratórios, Lda., e Menarini Diagnósticos, Lda., o mesmo acórdão julgou-os parcialmente procedentes,



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

decidindo condenar cada uma das recorrentes pela prática de uma contra-ordenação, prevista e punida pelo artigo 4.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e, consequentemente, nas coimas de € 3.000.000,00, quanto à primeira, e de € 1.000.000,00, quanto à segunda, mantendo a sanção acessória que havia sido aplicada.

Notificadas de tal acórdão, as recorrentes reagiram, processualmente, da seguinte forma:

- Abbott – Laboratórios, Lda., requereu a correcção e arguiu a nulidade do acórdão proferido;

- simultaneamente, requereu a admissão dos recursos de constitucionalidade, anteriormente interpostos, relativos aos despachos de 8 de Abril e 1 de Julho de 2008, “os quais haviam sido retidos por força da admissão, em primeira instância, do Recurso interposto para a Relação de Lisboa”;

- “subsidiariamente, e apenas à cautela, (...) para o caso de se entender que só após a não admissão, ou rejeição, do Recurso interposto do mesmo despacho para a Relação de Lisboa, é que seria admissível a interposição de recurso para o Tribunal Constitucional”, interpôs novo recurso de constitucionalidade, visando o despacho de 8 de Abril de 2008”;

- ainda no mesmo dia, interpôs recurso de constitucionalidade, relativo ao próprio acórdão de 15 de Dezembro de 2010;

- Menarini Diagnósticos, Lda., por sua vez, interpôs também recurso de constitucionalidade, relativo ao próprio acórdão de 15 de Dezembro de 2010;

- simultaneamente, a mesma recorrente requereu a correcção e arguiu nulidades do acórdão proferido.

Por acórdão de 30 de Março de 2011, foi deferida a correcção do acórdão de 15 de Dezembro de 2010 e julgada improcedente a arguição de nulidades.

Notificadas de tal decisão, as recorrentes Menarini Diagnósticos, Lda., e Abbott – Laboratórios, Lda., vieram da mesma interpor recurso de constitucionalidade.

Abbott – Laboratórios, Lda., especificamente esclarece que mantém interesse no recurso de constitucionalidade interposto do acórdão de 15 de Dezembro de 2010. Porém, “para a hipótese de se entender que o Acórdão de 30 de Março de 2011 consubstancia o



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

requisito da exaustão dos recursos ordinários no que diz respeito à decisão das questões de constitucionalidade suscitadas nas alíneas d), e) e f) do ponto 1 do requerimento de interposição de recurso para o Tribunal Constitucional oportunamente interposto do Acórdão de 15 de Dezembro de 2010”, apresenta “novo recurso de constitucionalidade, tendo por objecto o Acórdão de 30 de Março de 2011, restrito às mencionadas questões de constitucionalidade”. Igualmente refere que mantém interesse na admissão dos recursos de constitucionalidade relativos aos despachos de 8 de Abril e 1 de Julho de 2008.

3. O Tribunal da Relação de Lisboa, em 5 de Maio de 2011, proferiu o seguinte despacho:

“Admissão dos recursos:

A) A recorrente Laboratórios Abbot, Lda recorreu para o Tribunal Constitucional:

1. Do despacho proferido pelo Tribunal de Comércio, de fls. 15.402 a 15.406 (que indeferiu a arguição de nulidades e de questões prévias relativas à decisão da AdC) e que ficou retido por força da admissão em 1ª instância deste mesmo despacho para o Tribunal da Relação, vindo este Tribunal a considerar irrecorrível tal despacho, rejeitando a sua admissão (cfr. fls. 17.542 a 17.546).

Veio pedir:

-a admissão do recurso já anteriormente interposto a fls. 15.427 para o Tribunal Constitucional, retido por força da admissão em 1ª instância para o Tribunal da Relação;

-Subsidiariamente, e apenas à cautela, interpor recurso para o Tribunal Constitucional do mesmo despacho de fls. 15.402 a 15.406), para o caso de se entender que só após a não admissão do recurso (rejeição) daquele despacho é que seria admissível a interposição de recurso para o Tribunal Constitucional (cfr. fls. 17.604 a 17.623).

No requerimento agora apresentado a fls. 17.907 veio manifestar interesse no conhecimento deste recurso.

2. Do despacho proferido pelo Tribunal de Comércio, a fls. 15.771 (que julgou improcedente a arguição de nulidade por falta de notificação das alegações apresentadas pela AdC) e que não foi objecto de recurso para este Tribunal da Relação.

3. Do acórdão proferido em 15/12/2010 e complementado pelo acórdão proferido em 30/03/2011, nos termos que vêm especificados no requerimento de fls. 17.907 e segs.

B) A recorrente Menarini Diagnósticos, Lda veio interpor recurso para o Tribunal Constitucional do acórdão proferido em 15/12/2010 e complementado pelo acórdão proferido em 30/03/2011, e decisões nos termos melhor expostos e requeridos no requerimento de fls. 17.888 e segs.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### II.

Termos em que, e sem prejuízo de entendimento diverso, se admitem os recursos interpostos para o Tribunal Constitucional tendo por objecto as suscitadas questões de inconstitucionalidade, a subir imediatamente, nos próprios autos e efeito suspensivo (cfr. artº 70º, nº 1, al. b) 2 e 3, 75º e 75º-A e 78º da LTC, em conjugação com os artigos 406º, nº 1, 407º e 408º, nº 1, al. c) do CPP, ex vi do artigo 74º, nº 4 do DL nº 433/82, de 27/10, e os arts. 50º e 52º da Lei nº 18/2003, de 11/07).

Notifique, e após remeta os autos ao Tribunal Constitucional.”

Não houve qualquer reacção processual a tal despacho, tendo os autos, em cumprimento do mesmo, sido remetidos a este Tribunal Constitucional.

Cumpre apreciar e decidir.

### II - Fundamentos

4. Nos termos do artigo 76.º, nº 1, da LTC, compete ao tribunal que tiver proferido a decisão recorrida apreciar a admissão do respectivo recurso.

Ora, no presente caso, verifica-se que os recursos interpostos pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., relativamente aos despachos de 8 de Abril e 1 de Julho de 2008, proferidos pelo Tribunal de Comércio, foram admitidos pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

Tal circunstância, porém, não se pode considerar totalmente imputável à recorrente, dado que a mesma, apesar de apenas ter dirigido os dois primeiros recursos – relativos aos despachos de 8 de Abril e de 1 de Julho de 2008 – ao Tribunal de Comércio, passando a dirigir os restantes sempre ao Tribunal da Relação, independentemente do Tribunal em que foram proferidas as decisões recorridas, não deixou de requerer expressamente que “ Caso este Tribunal da Relação se considere incompetente para se pronunciar sobre os dois mencionados Recursos (*de decisões da 1ª Instância*), deve ser ordenada a baixa dos autos ao



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Tribunal do Comércio de Lisboa, para que aí seja proferido despacho sobre a admissão” dos dois aludidos recursos.

Nestes termos, não se justificando, por razões de celeridade e economia processuais, atenta a natureza urgente do processo, definida por despacho judicial, que os autos baixem agora ao Tribunal de Comércio, para que seja proferido despacho sobre a admissibilidade dos recursos de constitucionalidade relativos aos despachos proferidos por tal Tribunal – sendo certo que o vício em análise não prejudicou a recorrente, não lhe vedando ou retendo a subida dos recursos de constitucionalidade, caso em que seria exigível que a mesma apresentasse reclamação – decide-se, desde já, analisar os pressupostos de admissibilidade dos referidos recursos relativos a decisões do Tribunal de Comércio, juntamente com os restantes.

5. Feito este esclarecimento prévio, detenhamo-nos sobre os pressupostos de admissibilidade do específico tipo de recursos de constitucionalidade em análise nos autos.

O Tribunal Constitucional tem entendido, de modo reiterado e uniforme, serem requisitos cumulativos da admissibilidade do recurso, da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 70.º da LTC, a existência de um objecto normativo – norma ou interpretação normativa – como alvo de apreciação; o esgotamento dos recursos ordinários (artigo 70.º, n.º 2, da LTC); a aplicação da norma ou interpretação normativa, cuja sindicância se pretende, como *ratio decidendi* da decisão recorrida; a suscitação prévia da questão de constitucionalidade normativa, de modo processualmente adequado e tempestivo, perante o tribunal *a quo* (artigo 280.º, n.º 1, alínea *b*), da Constituição da República Portuguesa (CRP); artigo 72.º, n.º 2, da LTC).

Vejamos, então, se os aludidos requisitos – de necessária verificação cumulativa – se encontram preenchidos *in casu*, relativamente aos recursos interpostos.

**Recurso interposto pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., em 28 de Abril de 2008, relativamente ao despacho do Tribunal de Comércio de 8 de Abril de 2008**



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

A recorrente, notificada do despacho de 8 de Abril de 2008, veio interpor recurso do mesmo para o Tribunal Constitucional e, concomitantemente, apresentou requerimento, arguindo a invalidade do referido despacho, tendo ainda recorrido para o Tribunal da Relação.

Pelo exposto, à data da interposição do presente recurso – data relevante para aferição dos respectivos pressupostos de admissibilidade – a decisão recorrida não se apresentava como uma decisão definitiva, por não estarem ainda esgotados os meios impugnatórios accionados pela recorrente, no âmbito da ordem jurisdicional respectiva.

Ora, nos termos do n.º 2 do artigo 70.º da LTC, a admissibilidade dos recursos, previstos na alínea b) do n.º 1 do mesmo normativo, depende do esgotamento dos recursos ordinários.

O pressuposto da prévia exaustão dos recursos ordinários apenas se verifica quando a decisão recorrida já não admita recurso ordinário, por a lei o não prever ou por já haverem sido esgotados todos os que no caso cabiam, salvo os destinados a uniformização da jurisprudência, entendendo-se que se encontram esgotados todos os recursos ordinários, para este efeito, quando tenha havido renúncia, haja decorrido o respectivo prazo sem a sua interposição ou os recursos interpostos não possam ter seguimento por razões de ordem processual (n.º 4 do artigo 70.º da LTC).

A jurisprudência constitucional tem entendido que, no conceito legal de “recurso ordinário”, se incluem os incidentes pós-decisórios, desde que não sejam manifestamente anómalos ou inidóneos, nomeadamente por não estarem previstos no ordenamento jurídico ou por servirem fins intencionalmente dilatatórios.

A consagração do requisito de admissibilidade em análise corresponde à adopção do princípio da exaustão das instâncias, que visa restringir o acesso ao Tribunal Constitucional, limitando-o apenas às pretensões que já tenham sido previamente analisadas pela hierarquia judicial correspondente, o que redundará no resultado de o objecto de recurso de constitucionalidade ser circunscrito à decisão definitiva, à última pronúncia dentro da ordem jurisdicional a que pertence o tribunal *a quo*.

Assim, quando o recorrente interpõe recurso ordinário ou deduz arguições de vícios da decisão recorrida, dentro da ordem jurisdicional respectiva, deve aguardar a decisão que



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

venha a ser proferida na sequência da utilização de tais meios processuais impugnatórios, não sendo admissível que antecipe o momento do recurso para o Tribunal Constitucional (cfr. Acórdãos n.ºs 534/04, 24/06, 286/08 e 331/08, todos disponíveis em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt)).

Aplicando tais considerações no caso concreto, concluímos que o despacho de 8 de Abril de 2008, que figura, no caso, como decisão recorrida, não se apresentava como decisão definitiva, à data da interposição do recurso de constitucionalidade em análise.

Face às considerações expendidas, havendo o recurso sido interposto ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do artigo 70.º, da LTC, dependendo a sua admissibilidade, como se referiu, da prévia exaustão dos recursos ordinários, (n.º 2 do artigo 70.º da LTC), conclui-se, *in casu*, pela não admissão do recurso.

**Recurso interposto pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., em 30 de Dezembro de 2010, relativamente ao despacho do Tribunal de Comércio de 8 de Abril de 2008**

A recorrente define o objecto deste recurso, da seguinte forma:

“A inconstitucionalidade da norma que resulta da interpretação dos artigos 17.º, 18.º, 24.º, 25.º, 26.º, todos da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, ou de quaisquer outros, que atribuam poderes de investigação e instrução à Autoridade da Concorrência, no sentido de que a Autoridade da Concorrência pode seleccionar, entre os meios de prova recolhidos e/ou analisados, aqueles que são juntos aos autos e aqueles que são dispensados, de acordo com um critério discricionário, por violação do artigo 32.º, n.ºs 1, 2, 5 e 10, da Constituição da República Portuguesa.

A inconstitucionalidade da norma que resulta da interpretação conjugada dos artigos 17.º, n.º 1, alínea a), 18.º e 43.º, n.º 3, da Lei n.º 18/2003, no sentido de obrigar o Arguido a revelar, com verdade e de forma completa, sob pena de coima, determinadas informações e documentos à Autoridade da Concorrência, por violação dos artigos 1.º, 2.º, 20.º, n.º 4 e 32.º, n.ºs 2, 8 e 10 da Constituição da República Portuguesa.

A inconstitucionalidade da norma que resulta da interpretação do artigo 51.º, n.º 1 da Lei n.º 18/2003, bem como a inconstitucionalidade da norma que resulta da interpretação do artigo 311.º, n.º 1 e 312.º, n.º 1, do Código de



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Processo Penal, em conjugação com o artigo 41.º do Regime Geral das Contra-Ordenações e artigo 51.º, n.º 1 da Lei n.º 18/2003, segundo a qual o arguido em processo de contra-ordenação não tem de ser notificado das contra-alegações da Autoridade da Concorrência e não pode responder a essas mesmas contra-alegações, por violação do artigo 32.º, n.º 1, 2, 5 e 10 da Constituição da República Portuguesa.”

Quanto ao primeiro ponto, cumpre referir, antes de mais, que impende sobre a recorrente o ónus de identificar, especificamente, os concretos preceitos de direito positivo, em que assenta o critério normativo, cuja sindicância de constitucionalidade pretende.

Assim, a alusão a vários preceitos apenas pelo número ordinal, – apesar de os mesmos serem compostos por vários números e alíneas, assumindo, necessariamente, uma natureza plurinormativa – seguida da referência genérica a “quaisquer outros”, não corresponde ao cumprimento do ónus de especificação aludido.

Independentemente de tal deficiência – que em nada contribui para a clarificação do objecto do recurso – acresce que a interpretação formulada pela recorrente, pretensamente extraída dos artigos 17.º, 18.º, 24.º, 25.º e 26.º, todos da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, não corresponde a qualquer critério normativo convocado como *ratio decidendi* da decisão recorrida.

Na verdade, o Tribunal do Comércio de Lisboa, tratando da arguição do vício invocado pela recorrente, sob a epígrafe “Não disponibilização à Abbott de (alegados) meios de prova apreciados pela Autoridade da Concorrência” – em cujo âmbito a recorrente suscita a questão de constitucionalidade, que agora pretende ver dirimida – refere que os meios de prova, referidos como não disponibilizados, não foram juntos aos autos, não configurando elementos com relevo para a condenação.

Mais refere a decisão recorrida que não se vislumbra “qualquer prejuízo para a defesa da Abbott, que sempre podia solicitar à co-arguida Roche” os aludidos elementos, concluindo que “do exposto resulta ainda, e por outro lado, que a AdC não seleccionou discricionariamente a junção dos documentos”.

Do mero confronto, entre o excerto transcrito da decisão recorrida e a enunciação do objecto do recurso, se conclui pela inadequação deste último.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Na verdade, é manifesto que a recorrente pretende apenas manifestar a sua discordância relativamente à improcedência da arguição de nulidade, tentando – com o objectivo de conseguir, junto do Tribunal Constitucional, uma última oportunidade de impugnar tal decisão desfavorável – construir uma norma, onde subrepticamente introduz a sua valoração dos factos – especificamente a pretensa utilização de “um critério discricionário” – sem curar de saber se tal construção encontra o mínimo reflexo, quer no fundamento normativo da decisão recorrida, quer no teor literal das disposições legais seleccionadas como suporte do objecto do recurso.

Pelo exposto, o recurso é, nesta parte, inadmissível.

Quanto à terceira questão, cumpre referir – como implicitamente reconhece a recorrente, já que suscita a mesma questão a propósito de decisão diferente da presente decisão recorrida, ou seja, no âmbito do recurso de constitucionalidade interposto do despacho de 1 de Julho de 2008 – que a decisão que, em rigor, se pronuncia sobre a inexistência de invalidade, decorrente da não notificação das alegações da Autoridade da Concorrência e não reconhecimento de um direito de resposta às mesmas, é aquela que foi proferida, pelo Tribunal de Comércio, em 1 de Julho de 2008.

Na verdade, a prolação do despacho de 8 de Abril de 2008 ocorre após a apresentação das alegações da Autoridade da Concorrência, mas não problematiza a questão que a recorrente vem a suscitar, posteriormente, em sede de arguição de nulidade de tal decisão, com fundamento em preterição de uma formalidade prévia. Tal questão apenas é abordada expressamente pela decisão de 1 de Julho de 2008, que, nessa parte, constitui a última palavra da ordem jurisdicional respectiva, de acordo com o acórdão da Relação de Lisboa de 15 de Dezembro de 2010 (cfr., nomeadamente, último parágrafo de fls. 17543). Assim, é no âmbito do recurso de tal decisão de 1 de Julho de 2008 que a questão de constitucionalidade será tratada.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

**Recursos interpostos pelas recorrentes Abbott – Laboratórios, Lda., e Menarini Diagnósticos, Lda., em 30 de Dezembro de 2010, relativamente ao acórdão do Tribunal da Relação de 15 de Dezembro de 2010**

As recorrentes Abbott – Laboratórios, Lda., e Menarini Diagnósticos, Lda., notificadas do acórdão de 15 de Dezembro de 2010, vieram interpor recursos do mesmo para o Tribunal Constitucional e, concomitantemente, apresentaram requerimentos, requerendo a correcção e arguindo nulidades do referido acórdão.

Pelo exposto, à data da interposição dos recursos agora em análise – data relevante para aferição dos respectivos pressupostos de admissibilidade – a decisão recorrida não se apresentava como uma decisão definitiva, por não estarem ainda esgotados os meios impugnatórios accionados pelas recorrentes, no âmbito da ordem jurisdicional respectiva.

São transponíveis, para a presente situação, as considerações já aduzidas a propósito do recurso interposto pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., em 28 de Abril de 2008, relativamente ao despacho do Tribunal de Comércio de 8 de Abril de 2008.

De facto, nos termos do n.º 2 do artigo 70.º da LTC, a admissibilidade dos recursos, previstos na alínea b) do n.º 1 do mesmo normativo, depende do esgotamento dos recursos ordinários.

A jurisprudência constitucional tem entendido que, no conceito legal de “recurso ordinário”, se incluem os incidentes pós-decisórios, que não sejam manifestamente anómalos ou inidóneos, por não estarem previstos no ordenamento jurídico ou por servirem fins intencionalmente dilatórios.

Assim, quando o recorrente deduz arguições de vícios da decisão recorrida, dentro da ordem jurisdicional respectiva, deve aguardar a decisão que venha a ser proferida na sequência da utilização de tais meios processuais impugnatórios, não sendo admissível que antecipe o momento do recurso para o Tribunal Constitucional (cfr. Acórdãos n.ºs 534/04, 24/06, 286/08 e 331/08, todos disponíveis em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt)).



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Aplicando tais considerações no caso concreto, concluímos que o acórdão de 15 de Dezembro de 2010, que figura, no caso, como decisão recorrida, não se apresentava como decisão definitiva, à data da interposição dos recursos de constitucionalidade em análise.

Face às considerações expendidas, conclui-se, *in casu*, pela não admissão dos recursos.

Salienta-se que a circunstância de a recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., notificada da decisão que aprecia a arguição de nulidades, vir manifestar interesse no conhecimento do recurso de constitucionalidade anteriormente interposto, quanto ao acórdão de 15 de Dezembro de 2010, não altera a conclusão a que chegámos.

Na verdade, tal como se refere no acórdão n.º 534/04 deste Tribunal Constitucional – disponível em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt) – o que a recorrente fez foi “manter o (requerimento) anteriormente apresentado em momento inadequado, como se demonstrou, e não interpor recurso do acórdão antes recorrido”.

**Recurso interposto pela recorrente Menarini Diagnósticos, Lda., em 14 de Abril de 2011, relativamente ao acórdão do Tribunal da Relação de 30 de Março de 2011**

A recorrente define o objecto deste recurso, da seguinte forma:

“a) Inconstitucionalidade da norma prevista no n.º 5 do art.º 412º e no n.º 3 do art.º 417º, ambos do Código do Processo Penal (doravante CPP), por violação dos direitos de defesa e princípio do contraditório, previstos no art.º 32º, n.ºs 1, 5 e 10 da Constituição da República Portuguesa (adiante CRP), na interpretação que permite ao tribunal *ad quem* a rejeição liminar de recurso interlocutório, entretanto já admitido, sem necessidade de formular ao recorrente um convite para explicitar se mantém interesse no seu conhecimento, quando apenas nas alegações introdutórias do recurso se faça referência ao recurso interlocutório retido e à vontade de que o mesmo suba, a final, para apreciação.  
(...)”

b) Inconstitucionalidade das normas previstas no n.º 1 e no n.º 2 do art.º 129º do CPP, por violação dos direitos de defesa da ora Recorrente e princípio do contraditório, previstos no art.º 32º, n.ºs 1, 5 e 10 da CRP, na interpretação segundo a qual o Tribunal pode valorar o depoimento indirecto prestado por



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

testemunha, resultante do que ouviu dizer a pessoas determinadas que poderiam ter sido chamadas a depor e não foram por mera opção do Tribunal, quando tal depoimento tenha sido determinante para a fundamentação da matéria de facto dada como provada, desde que não tenha sido dado como provado um facto essencial à decisão exclusivamente com base em tal depoimento indirecto. (...)

c) Inconstitucionalidade da norma prevista no n.º 3 do art.º 424º do Código do Processo Penal (doravante CPP), por violação dos direitos de defesa e princípio do contraditório, previstos no art.º 32º, n.ºs 1, 5 e 10 da Constituição da República Portuguesa (adiante CRP), na interpretação segundo a qual o Tribunal de Recurso pode alterar a qualificação jurídica da infracção — de pluralidade de infracções (como qualificado na decisão de 1.ª Instância) para infracção permanente (como decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa) — sem que tal qualificação jurídica tenha sido suscitada pela Arguida ou pelo Tribunal em alguma fase do processo e sem que seja assegurado o direito da Arguida se pronunciar quanto à mesma, no prazo de 10 dias. (...)

d) Inconstitucionalidade da norma prevista no art.º 379º, n.º 1, alínea a) e c), aplicável ex vi art.º 425º, n.º 4, do CPP, por violação do dever de fundamentação das decisões judiciais consignado no art.º 205º da CRP e ainda dos direitos de defesa da ora Recorrente, previstos no art.º 32º, n.ºs 1, 5 e 10 da CRP, na interpretação segundo a qual pode o Tribunal de Recurso condenar a ora Recorrente por prática de ilícito anti-concorrencial de natureza permanente, sem expor concretamente, de forma individualizada e fundamentada, qual o critério determinante para a selecção dos concursos públicos em causa nos autos que consubstanciam a manutenção da alegada infracção até ao termo da sua consumação, sem que o acórdão proferido seja considerado nulo. (...)

e) Inconstitucionalidade da norma prevista no art.º 379º, n.º 1, alínea a), aplicável ex vi art.º 425º, n.º 4, e no n.º 1 do art.º 375º, todos do CPP, por violação das garantias de defesa da ora Recorrente e do direito à fundamentação das decisões judiciais previstas nos arts.º 32º da CRP e 205º da CRP na interpretação segundo a qual o Tribunal de Recurso, tendo procedido a uma alteração da qualificação jurídica da infracção, cumpre o dever de fundamentação quando se limita a invocar a aplicação dos mesmos critérios utilizados para a determinação da pena aplicada pelo Tribunal de 1.ª instância num distinto enquadramento jurídico, ficando dispensado de demonstrar e justificar porque motivo aplica à Recorrente, pela prática de uma única contra-ordenação, uma coima no valor de Euros 1.000.000,00 (um milhão de Euros), ao abrigo da actual Lei da Concorrência, quando o Tribunal de 1.ª Instância havia aplicado a cada contra-ordenação praticada ao abrigo desta mesma lei uma coima de Euros 80.000,00 (oitenta mil euros), não sendo, como tal, nulo o acórdão proferido. (...)



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

f) Inconstitucionalidade da norma prevista no art.º 3º, n.º 1 e n.º 2 do Regime Geral das Contra-Ordenações, por violação do princípio da culpa, consagrado no art.º 29º, n.ºs 1, 3 e 4 da CRP na interpretação segundo a qual uma infracção única de natureza permanente fica integral e automaticamente sujeita à lei que tenha entrado em vigor após o início da prática da infracção - e, como tal, após o momento em que a Arguida terá formado e consolidado a consciência da ilicitude do seu comportamento -, ainda que a mesma seja mais desfavorável ao Arguido do que a lei vigente no momento do início da prática da contra-ordenação. (...)

g) Inconstitucionalidade dos 409º, n.º 1 do Código de Processo Penal, e dos art.ºs 41º, n.º 1, 72º-A, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, por violação do art.º 32º, n.ºs 5 e 10º da CRP na interpretação pela qual uma alteração da qualificação jurídica da infracção levada a cabo pelo Tribunal de 2º instância, pela qual infracções instantâneas sucessivas previstas e punidas pelas normas dos art.ºs 2º do Decreto-Lei n.º 371/93 e 4º, n.º 1 da Lei n.º 18/2003 passam a ser configuradas como uma infracção única e permanente prevista e punida pelo art.º 4º da Lei n.º 18/2003 não se encontra abrangida pela proibição da *reformatio in pejus*, podendo o Tribunal de Recurso aplicar a uma infracção - ainda que permanente - uma coima superior em 920.000.00 Euros (novecentos e vinte mil euros) à coima que o Tribunal de 1ª Instância também havia aplicado a uma infracção. (...)

h) Inconstitucionalidade da norma prevista no art.º 379º, n.º 1, alínea a), aplicável *ex vi* 425º, n.º 4, todos do CPP, por violação do dever de fundamentação das decisões judiciais consignado no art.º 205º da CRP, na interpretação pela qual o dever de fundamentação dos acórdãos se encontra preenchido, não sendo os mesmos nulos por falta de fundamentação, desde que o Tribunal da Relação se limite a fazer um breve resumo das questões suscitadas pela Arguida quanto a diversas inconstitucionalidades, limitando-se, de seguida, a concluir genericamente que "relativamente a tais questões suscitadas de inconstitucionalidades, face ao que foi decidido, entendemos que a interpretação de tais preceitos se mostra em consonância com todos os preceitos constitucionais", ficando dispensado de se debruçar e apreciar em concreto as inconstitucionalidades invocadas. (...)

i) Inconstitucionalidade da norma prevista no art.º 379º, n.º 1, alínea c), aplicável *ex vi* 425º, n.º 4, todos do CPP, por violação do dever de fundamentação das decisões judiciais consignado no art.º 205º da CRP e das garantias do Arguido previstas no art.º 32º, n.º 1 CRP, na interpretação pela qual o Tribunal de Recurso se encontra dispensado de se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelos Arguidos, sem que se possa considerar existir omissão de pronúncia e nulidade do acórdão, desde que enuncie os vícios invocados pelos mesmos. (...)

j) Inconstitucionalidade da norma prevista no art.º 4º, n.º 1 da Lei 18/2003, de 11 de Junho (adiante Lei da Concorrência), por violação das normas e



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

princípios constitucionais da presunção de inocência e do dever de fundamentação das decisões judiciais, previstos nos art.ºs 32º, n.º 2 e 205º da CRP, na interpretação segundo a qual se pode julgar verificada a prática de ilícito anti-concorrencial a partir de comportamentos paralelos, demonstrando o preenchimento dos respectivos elementos típicos de ilícito anti-concorrencial com base em presunções e/ou deduções, e sem que seja necessária a prova de factos concretos que permitam a fundamentação da matéria de facto dada como provada. (...)

k) Inconstitucionalidade da norma do art.º 43º, n.º 1 da Lei da Concorrência, por violação das normas e princípios constitucionais, designadamente do princípio da proporcionalidade, do princípio da legalidade e do princípio da igualdade consagrados, respectivamente, no n.º 1 do art.º 29º, no n.º 1 do art.º 18º e no art.º 13º, todos da CRP, na medida em que não se estabelece um limite máximo determinado para a coima aplicável. (...)

l) Inconstitucionalidade da norma prevista no art.º 43º, n.º 1 da Lei da Concorrência, por violação das normas e princípios constitucionais, designadamente o princípio da legalidade, consagrado no n.º 4 do art.º 29º da CRP (e, inclusive, o art.º 7º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem), na interpretação segundo a qual por “volume de negócios do último ano” se entende “volume de negócios do ano em que a contra-ordenação foi praticada” e não do ano imediatamente anterior e cujo exercício se encontra encerrado, impedindo que o agente, no momento da alegada prática da contra-ordenação tenha certeza quanto às consequências daí decorrentes. (...)

Quanto à questão identificada sob a alínea a), acentua-se que, não obstante a recorrente identificar dois preceitos do Código de Processo Penal, como suporte da pretensa interpretação a sindicar, é manifesto que se encontra ausente, da enunciação do objecto de recurso, uma verdadeira dimensão normativa.

Na verdade, a recorrente pretende a sindicância da própria decisão jurisdicional, enquanto acto de julgamento ou de ponderação casuística da singularidade própria do caso concreto.

De facto, a recorrente identifica a questão a apreciar, nos seguintes termos: “inconstitucionalidade da norma prevista no n.º 5 do art.º 412º e no n.º 3 do art.º 417º, ambos do Código do Processo Penal (doravante CPP), por violação dos direitos de defesa e princípio do contraditório, previstos no art.º 32º, n.ºs 1, 5 e 10 da Constituição da República Portuguesa (adiante CRP), na interpretação que permite ao tribunal *ad quem* a rejeição liminar



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

de recurso interlocutório, entretanto já admitido, sem necessidade de formular ao recorrente um convite para explicitar se mantém interesse no seu conhecimento, quando apenas nas alegações introdutórias do recurso se faça referência ao recurso interlocutório retido e à vontade de que o mesmo suba, a final, para apreciação.”

Tal formulação é indisfarçavelmente tributária da subjectiva interpretação, que a recorrente faz, quanto à suficiência da referência, por si feita, ao recurso interlocutório para constituir “especificação” dos recursos “que mantêm interesse”, nos termos do n.º 5 do artigo 412.º do Código de Processo Penal.

Quando a recorrente inclui, na formulação do objecto do recurso, a menção explicativa: “quando apenas nas alegações introdutórias do recurso se faça referência ao recurso interlocutório retido e à vontade de que o mesmo suba, a final, para apreciação” mais não faz do que tentar introduzir a sua versão/interpretação dos factos concretos, na especificação da aparência de norma, que construiu.

Ora, da leitura da decisão recorrida resulta que o tribunal *a quo* concluiu, da análise da concreta peça processual de motivação do recurso apresentada, que “a recorrente Menarini ao longo das motivações de recurso não pugnou pela manutenção do interesse em ver conhecido o recurso retido”.

Tal conclusão integra-se numa operação de ponderação casuística da singularidade do caso concreto – que difere daquela que é preconizada pela recorrente e que subrepticamente foi introduzida na especificação do objecto de recurso, nos termos já expostos – sendo, por natureza, insusceptível de sindicância pelo Tribunal Constitucional.

Face às considerações expendidas, resta concluir que a recorrente cai no equívoco de considerar a competência deste Tribunal extensiva à sindicância das próprias decisões jurisdicionais, quando a mesma se encontra restringida à apreciação da constitucionalidade de normas ou interpretações normativas.

De facto, não compreendendo o nosso ordenamento jurídico a figura do recurso constitucional de amparo ou queixa constitucional, a admissibilidade do recurso de constitucionalidade depende da suscitação de uma verdadeira questão normativa, ou seja, da autonomização de um critério normativo de decisão – enquanto regra abstractamente



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

enunciada potencialmente aplicável a uma generalidade de situações – que seja utilizada como *ratio decidendi* pela decisão recorrida, o que não se verifica no presente caso.

Acresce que, ainda que a recorrente tivesse logrado identificar uma verdadeira questão normativa, pertinente como fundamento da solução jurídica dada ao caso, a sindicância da sua constitucionalidade estaria prejudicada face à insusceptibilidade de repercussão efectiva no sentido decisório da decisão recorrida, já que a mesma se apoia ainda num fundamento alternativo, avançado pelo Ministério Público e sintetizado na constatação de que “ainda que por via do interesse manifestado no seu conhecimento pela recorrente Abbott, uma vez que eram exactamente as mesmas as questões suscitadas por uma (*Abbott*) e pela outra (*Menarini*). Estavam, pois, em causa, num caso como no outro, decisões insusceptíveis de recurso, como se decidiu. Ainda que por via do recurso da arguida Abbott, a questão não deixou de ser apreciada, quer em sede de fundamentação, quer de dispositivo.”

Face às considerações expendidas, decide-se não conhecer do recurso, quanto à questão em análise.

Relativamente ao segundo ponto do recurso, é insofismável que nenhuma genuína questão de constitucionalidade normativa é suscitada.

A enunciação da questão, de que ressalta a tentativa de forjar uma norma sindicável em recurso de constitucionalidade – emprestando uma aparência abstracta a um conjunto de pormenores casuísticos determinantes do juízo subsuntivo feito pelo julgador – traduz, de forma indisfarçável, a pretensão da recorrente de ver sindicada a decisão jurisdicional concreta, na sua dimensão de autónoma valoração ou subsunção dos factos, âmbito subtraído à competência do Tribunal Constitucional.

Acresce que a decisão concreta que a recorrente pretende impugnar não é sequer, bem vistas as coisas, a decisão recorrida – que não se pronuncia sobre o depoimento indirecto – mas o acórdão da Relação de 15 de Dezembro de 2010.

Nestes termos, não se admite o recurso, quanto a esta segunda questão, identificada sob a alínea *b*).



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Quanto ao terceiro ponto, igualmente resulta que a recorrente não logrou autonomizar o critério normativo da decisão recorrida, optando por uma enunciação da questão, não depurada das concretas circunstâncias que caracterizam o caso em apreciação, deixando clara a sua pretensão de sindicância da decisão jurisdicional, enquanto acto de julgamento.

Aliás, na peça processual em que a recorrente veio arguir a nulidade do acórdão proferido em 15 de Dezembro de 2010 – onde refere ter suscitado previamente a questão, perante o tribunal *a quo* – expressivamente problematiza a preterição do direito de a arguida se pronunciar sobre a alteração da qualificação jurídica, no âmbito da violação do artigo 424.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, considerando tal vício fundamento de nulidade, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 379.º do mesmo diploma.

A alegada violação da Constituição surge, nesse contexto, associada à própria decisão jurisdicional, na dimensão de juízo subsuntivo, e não a qualquer norma que a mesma tenha convocado.

A esse propósito, pode ler-se no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 489/04 (disponível em [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt)):

“se se utiliza uma argumentação consubstanciada em vincar que foi violado um dado preceito legal ordinário e, simultaneamente, violadas normas ou princípios constitucionais, tem-se por certo que a questão de desarmonia constitucional é imputada à decisão judicial, enquanto subsunção dos factos ao direito, e não ao ordenamento jurídico infra-constitucional que se tem por violado com essa decisão (...)”

Assim, inexistindo uma verdadeira questão de constitucionalidade normativa, não se admite o recurso, quanto a esta terceira questão, identificada sob a alínea c).

Relativamente aos quarto e quinto pontos, são transponíveis *mutatis mutandis* as considerações já explanadas a propósito da natureza não normativa do objecto do recurso.

De facto, a enunciação da questão, que a recorrente pretende submeter à apreciação do Tribunal Constitucional, deixa claro o seu carácter não normativo e a pretensão de sindicância



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

da própria decisão jurisdicional, na sua dimensão de ponderação da singularidade do caso concreto.

A recorrente não autonomiza qualquer critério normativo – regra abstracta aplicável potencialmente a uma generalidade de situações – que tenha fundamentado a solução dada ao caso pela decisão recorrida, colocando, ao invés, em causa a própria decisão, na sua vertente judicativa.

Assim, sem necessidade de ulteriores considerações – já aduzidas *supra*, relativamente a outras questões, idênticas quanto ao fundamento de inadmissibilidade – decide-se não admitir o recurso, quanto a estas quarta e quinta questões, identificadas sob as alíneas d) e e).

No que concerne à sexta e sétima questões, constata-se que o acórdão de 30 de Março de 2011 expressamente refere que:

“a argumentação que por esta forma vêm (*as recorrentes*) trazer aos autos não traduz a invocação de qualquer omissão de pronúncia, mas de manifestação de discordância pela aplicação do regime jurídico da Lei 18/2003, por considerarem ser de aplicar o regime jurídico anterior por mais favorável, assim como, em desacordo com a pena aplicada, entendem que o tribunal violou o princípio da *reformatio in pejus*.

A verdade é que só existe omissão se o tribunal não resolver todas as questões que deva apreciar, sendo bom ter presente que essas questões se não confundem com os argumentos ou razões em que as partes fundaram as suas posições. E sempre se dirá que em face do decidido no acórdão proferido não ocorre um quadro de verdadeira sucessão de leis no tempo a que houvesse que atender (tratando-se de ilícito permanente é o último acto de execução que determina a lei aplicável ainda que mais severa), assim como também não ocorreu qualquer modificação na espécie ou medida das sanções aplicadas, proibida pelo artº 409º, do CPP.

Assim temos que o tribunal não deixou de apreciar todas as questões que lhe foram colocadas, não havendo qualquer nulidade a suprir. Acresce que a nova motivação em que se traduzem os requerimentos ora apresentados, levaria ao reexame das questões suscitadas, de natureza substantiva, a que sempre obstaria o preceituado nº 1 do artº 666º, do CPC, aplicável *ex vi* do artº 4º do CPP, dado o esgotamento do poder jurisdicional que impede de rever a decisão proferida”.

Ora, ainda que, numa leitura benévola, se considere ser possível extrair uma dimensão normativa da formulação – não depurada de considerações conclusivas – do objecto de



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

recurso, quanto à questão contida sob a alínea *f)* do requerimento de interposição respectivo, teremos de concluir estar prejudicada a admissibilidade do recurso.

De facto, da mera leitura do transcrito excerto da decisão recorrida se conclui que a sua *ratio decidendi* não coincide com a questão delimitada pela recorrente.

Na verdade, a decisão recorrida considerou que o vício invocado não corresponde a qualquer omissão de pronúncia, donde se infere que, no tocante à questão em análise – referida sob a alínea *f)* – a decisão que aplicou o artigo 3.º, n.º 1, do Regime Geral das Contra-Ordenações não coincide com a decisão recorrida, correspondendo, sim, ao acórdão de 15 de Dezembro de 2010.

Tal asserção assume clarividência se atentarmos na circunstância de a recorrente não colocar em causa a constitucionalidade da norma que constitui o fundamento normativo justificante do não reexame das questões substantivas que conduziram o acórdão de 15 de Dezembro de 2010 à opção pelo regime legal aplicável, dirigindo antes a crítica de desconformidade constitucional ao raciocínio, desenvolvido no referido acórdão – de 15 de Dezembro de 2010 – quanto à aludida opção relativa à lei aplicável.

Especificamente no que toca à questão identificada sob a alínea *g)* do requerimento de interposição do recurso, é manifesta a inidoneidade do objecto respectivo, que se prende com a pretensão de sindicância da concreta decisão jurisdicional, na sua dimensão casuística. A total impossibilidade de extrair uma dimensão normativa, relativamente a esta questão, torna ociosa ulterior análise sobre os restantes pressupostos de admissibilidade do recurso.

Nestes termos, não se admite o recurso quanto às questões, apresentadas em sexto e sétimo lugar, sob as alíneas *f)* e *g)*.

No que concerne às questões identificadas sob as alíneas *h)*, *i)*, *j)*, do requerimento de interposição do recurso, é igualmente manifesta a inidoneidade do objecto, por ausência de natureza normativa.

Em todas as referidas questões, ressalta a pretensão de sindicância da decisão jurisdicional, enquanto concreta e casuística valoração das circunstâncias do caso concreto,



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

sendo patente a construção de uma aparência de norma, com base na interpretação subjectiva que a recorrente faz da situação concreta.

Como já referimos, o Tribunal Constitucional apenas pode sindicatizar a constitucionalidade de verdadeiras normas ou interpretações normativas, pelo que, face às considerações já expendidas a este propósito, não se admite o recurso quanto às questões agora em análise, por inidoneidade do objecto, sendo ociosa ulterior análise sobre os restantes pressupostos de admissibilidade do recurso.

Relativamente às questões identificadas sob as alíneas *k)* e *l)* – que a recorrente reporta a critérios normativos extraídos do n.º 1 do artigo 43.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho – cumpre referir que a decisão recorrida – o acórdão de 30/03/2011 – não aplica, em nenhum momento, tal preceito.

Deste modo, o conhecimento de qualquer questão de constitucionalidade, levantada a propósito do referido n.º 1 do artigo 43.º, não teria qualquer repercussão, útil e eficaz, na decisão recorrida, estando, por isso, prejudicada a admissibilidade do presente recurso, quanto a tais questões.

A este propósito, enfatiza-se que recai sobre a recorrente o ónus de identificar, em termos claros, a decisão recorrida.

No presente caso, a recorrente refere, logo no início do seu requerimento, que “tendo sido notificada do Acórdão proferido por esta Relação, (...) vem dele interpor recurso”, não deixando margem para dúvidas que pretende recorrer apenas da última decisão de que foi notificada, tanto mais que já havia interposto recurso de constitucionalidade do acórdão de 15 de Dezembro de 2010.

**Recurso interposto pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., em 14 de Abril de 2011, relativamente ao acórdão do Tribunal da Relação de 30 de Março de 2011**



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

A recorrente delimita o objecto do recurso da seguinte forma:

“a) As normas conjugadas dos artigos 358.º, 359.º e 409.º, n.º 1, do Código de Processo Penal 41.º, n.º 1, 72.º-A, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, 2.º, 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 371/93, de 29 de Outubro, e 4.º, n.º 1, e 43.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 18/2003, de 11 de Julho, interpretadas e aplicadas no sentido de que uma alteração da qualificação jurídica dos factos levada a cabo pelo tribunal de segunda instância, em virtude da qual uma pluralidade de infracções instantâneas previstas e punidas pelas citadas normas dos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 371/93 e 4.º, n.º 1, da Lei n.º 18/2003 passam a ser configuradas como uma infracção única permanente prevista e punida pela citada norma do artigo 4.º da Lei n.º 18/2003, não se encontra abrangida pela proibição da *reformatio in pejus*, podendo uma única infracção dar lugar à mesma coima que havia sido aplicada na primeira instância para a soma de uma pluralidade de infracções instantâneas, quando parte substancial dessas infracções instantâneas, no momento da prolação do acórdão do Tribunal de recurso, já estavam prescritas.

(...)

b) As normas conjugadas dos artigos 358.º, n.ºs 1, 2 e 3, 379.º, n.º 1. alínea b), 424.º, n.º 3, e 425.º, n.º 4, do Código de Processo Penal, 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, e 2.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 371/93, de 29 de Outubro, e 4.º, n.º 1, alínea a) e 52.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Julho, interpretadas e aplicadas no sentido de que, no âmbito de um recurso em matéria contra-ordenacional, o Tribunal da Relação pode proceder a uma alteração da qualificação jurídica dos factos levada a cabo pelo tribunal de primeira instância, em particular alterando a imputação de uma pluralidade de infracções instantâneas sucessivas para uma infracção única permanente, e fazê-lo sem comunicar a alteração ao arguido que não tenha suscitado a alteração de enquadramento jurídico em causa e conceder-lhe, se ele o requerer, o tempo estritamente necessário para a preparação da defesa. (...)

c) A norma do artigo 3.º, n.º 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, interpretada e aplicada no sentido de que a infracção única de natureza permanente fica integralmente sujeita à lei posterior, no âmbito de cuja vigência cessou a prática do facto ilícito, ainda que esta seja mais desfavorável ao arguido. (...)

No tocante à primeira questão, identificada sob a alínea a), é manifesto, a partir da sua própria formulação, que é pretendida a sindicância da própria decisão jurisdicional.

Na verdade, a recorrente não autonomiza um qualquer critério normativo, nos termos já *supra* definidos, ou seja, uma regra abstracta potencialmente aplicável a uma generalidade



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

de situações, construindo, ao invés, uma aparência de norma, a partir da introdução de circunstâncias casuísticas, atinentes à singularidade do caso concreto.

Incumbia à recorrente isolar um critério normativo, autonomizável das operações subsuntivas reservadas ao julgador, por forma a ser admitida a discussão sobre a sua constitucionalidade. Não tendo conseguido tal objectivo, o presente recurso fica prejudicado, por inidoneidade do respectivo objecto, nesta parte.

Relativamente à segunda questão, a recorrente não logrou autonomizar o concreto fundamento normativo da decisão recorrida, optando por uma enunciação da questão, não depurada das concretas circunstâncias que caracterizam o caso em apreciação.

Diga-se, porém, que ainda que, numa leitura benevolente, se extraísse uma dimensão normativa da questão colocada pela recorrente – abstraindo-se, necessariamente, das referências casuísticas atinentes à concreta alteração em causa – sempre se teria de considerar inadmissível o recurso interposto, quanto a este ponto, por falta de coincidência entre a questão colocada e a *ratio decidendi* da decisão recorrida.

De facto, lido o acórdão recorrido, constatamos que o fundamento da desnecessidade de comunicação da alteração reside na circunstância de tal alteração já ter sido suscitada ao longo do processo, sendo este o critério determinante da solução encontrada pelo tribunal *a quo*.

Na verdade, refere a decisão recorrida: “no caso dos presentes autos não se justifica o dever de comunicação, porque as arguidas estavam mais que prevenidas da ocorrência dessa possibilidade visto ter sido pela mão da defesa que ao longo do processo se discutiu o enquadramento jurídico dos factos, derivando, inclusivamente, a alteração da qualificação jurídica das conclusões de recurso.

*In casu*, a alteração do enquadramento jurídico não foi questão decidida oficiosamente em sede de recurso, tendo antes sido suscitada em sede de recurso (pelas arguidas Menarini e J&J), como já antes havia sido suscitada por todas as arguidas em sede de Impugnação Judicial para o Tribunal de Comércio.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

(...) A questão do enquadramento jurídico dos factos podemos dizer que foi uma questão transversal neste processo, desde o início da fase judicial, e sobre a qual as arguidas puderam pronunciar-se amplamente (...).”

A questão colocada pela recorrente tem implícita a discordância relativamente à conclusão factual em que assenta a decisão recorrida e desvia-se, por isso, do concreto fundamento da mesma.

Enquanto a decisão recorrida centra o *punctum crucis* da solução no facto de a questão da alteração ter sido suscitada, ao longo do processo, pela Defesa, a recorrente, convenientemente – certamente por discordar – desvia-se de tal elemento decisivo, na formulação da questão de constitucionalidade que apresenta.

Nestes termos, ainda que a recorrente tivesse logrado autonomizar uma dimensão normativa da questão colocada – o que passaria, desde logo, por depurar a mesma, como se disse, de todas as referências casuísticas – ainda assim o recurso não seria admissível por não correspondência com a *ratio decidendi*.

No que concerne à questão identificada sob a alínea c), cumpre referir que da mera leitura da decisão recorrida se conclui que a sua *ratio decidendi* não coincide com a questão delimitada pela recorrente, à semelhança do que se referiu a propósito da questão identificada sob a alínea f) do requerimento de interposição de recurso interposto pela recorrente Menarini Diagnósticos, Lda., em 14 de Abril de 2011, relativamente ao acórdão do Tribunal da Relação de 30 de Março de 2011

Na verdade, a decisão recorrida considerou que o vício invocado pela recorrente, no requerimento de arguição de nulidades – que se relaciona com a problemática agora suscitada – não corresponde a qualquer omissão de pronúncia, donde se infere que, no tocante à questão em análise, a decisão que aplicou o artigo 3.º, n.º 1, do Regime Geral das Contra-Ordenações não coincide com a decisão recorrida, correspondendo, sim, ao acórdão de 15 de Dezembro de 2010.

Tal asserção assume clarividência se atentarmos na circunstância de a recorrente não colocar em causa a constitucionalidade da norma que constitui o fundamento normativo



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

justificante do não reexame das questões substantivas que conduziram o acórdão de 15 de Dezembro de 2010 à opção pelo regime legal aplicável, dirigindo antes a crítica de desconformidade constitucional ao raciocínio, desenvolvido no referido acórdão – de 15 de Dezembro de 2010 – quanto à aludida opção relativa à lei aplicável.

Assim, não se admite o recurso, quanto a esta última questão.

### III - Decisão

#### 6. Pelo exposto, decide-se:

- não conhecer do objecto do recurso interposto pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., em 28 de Abril de 2008, relativamente ao despacho do Tribunal de Comércio de 8 de Abril de 2008;

- não conhecer do objecto do recurso interposto pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., em 30 de Dezembro de 2010, relativamente ao despacho do Tribunal de Comércio de 8 de Abril de 2008, quanto às questões identificadas em primeiro e terceiro lugares, no respectivo requerimento de interposição;

- não conhecer do objecto dos recursos interpostos pelas recorrentes Abbott – Laboratórios, Lda., e Menarini Diagnósticos, Lda., em 30 de Dezembro de 2010, relativamente ao acórdão do Tribunal da Relação de 15 de Dezembro de 2010;

- não conhecer do objecto do recurso interposto pela recorrente Menarini Diagnósticos, Lda., em 14 de Abril de 2011, relativamente ao acórdão do Tribunal da Relação de 30 de Março de 2011;

- não conhecer do objecto do recurso interposto pela recorrente Abbott – Laboratórios, Lda., em 14 de Abril de 2011, relativamente ao acórdão do Tribunal da Relação de 30 de Março de 2011.



## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Custas pelas recorrentes, fixando-se a taxa de justiça em oito unidades de conta, ponderados os critérios referidos no artigo 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de Outubro (artigo 6.º, n.º 2, do mesmo diploma), nomeadamente a actividade processual a que deram causa.

Lisboa, 9 de Junho de 2011

Catarina Sarmento e Castro